

A desorganização da economia não oferecia outra opção

Francisco Lutero
Luehring*

O nível de desorganização, a que chegara a economia brasileira não apresentava muitas alternativas fora da adotada pelo governo com a edição do Plano Brasil Novo.



Medidas paliativas não mais seriam suficientes para impedir a hiperinflação corrosiva dos salários e dos ativos das empresas. Estava-se diante do dilema de "vencer ou vencer", sem outra alternativa.

Está-se agora diante de um quadro novo, que representa uma total ruptura ao "status quo" existente, ao qual não há retorno. O elenco de medidas adotadas configura um modelo novo, substituindo aquele que se esgotou a 16 de março. O plano é mais do que um plano para ser a própria realidade nova que visa a construir.

As novas relações criadas, com toda a sorte de consequências produzidas no aparelho produtivo e na vida das pessoas, não podem simplesmente ser derogadas. As repercussões jurídicas decorrentes das medidas têm igual grau de complexidade das econômicas e qualquer recuo, fatalmente, produzirá o caos, passando a inexistir tanto a ordem anterior como a que se pretendeu criar.

Qualquer política antiinflacionária traz como componente intrínseco o ingrediente perverso da recessão. Não há como reduzir-se inflação sem o esfriamento da demanda e, conseqüentemente, da atividade produtiva. É preciso, contudo, que o agente executor do plano esteja atento para evitar seqüelas fatais que a excessiva liquidez possa produzir.

A esterilização de uma massa de recursos na ordem de US\$ 100 bilhões significa, sem dúvida, uma paralisia do aparelho produtivo, tornando-se imperativo encontrar-se o ponto de equilíbrio para nem se cair na estagnação total nem permitir a volta da inflação em níveis elevados.

A questão crucial é saber qual o tempo necessário para que o plano de estabilização atinja seus objetivos, se não o de acabar com a inflação pelo menos redu-

zi-la a um nível suportável, a um patamar que permita o funcionamento próximo do normal de uma economia com as características da brasileira.

Por algum tempo se deverá conviver, ainda, com a escassez de recursos para a implementação de projetos novos, já que os poucos existentes deverão, por certo, sustentar o funcionamento, mesmo com a precariedade observada nestes primeiros dias, do sistema produtivo como se encontra.

A inibição a novos investimentos por um período muito longo, contudo, acabará agravando o quadro recessivo, tão indesejável quanto a inflação. Felizmente, já há alguma sinalização partindo do Ministério da Economia e do Banco Central quanto à possibilidade de incentivos a novos investimentos. É um aceno promissor, mas pode-se cogitar de avanços ainda maiores sem o comprometimento do objetivo central do plano.

Um dos caminhos está na paulatina liberação de cruzados novos estocados no Banco Central a empresas que se dispuserem a realizar investimentos novos em projetos em áreas como a de informática, a de biotecnologia e a de energia, entre outras consideradas de relevante interesse nacional.

A forma de operacionalizar um programa dessa natureza seria atribuir aos bancos de desenvolvimento a análise de tais projetos e a definição de prioridades, com o encaminhamento posterior de propostas ao Bacen para a liberação dos recursos em cruzeiros.

Trata-se de uma proposta exequível com vistas a incentivar investimentos em projetos essenciais para o desenvolvimento nacional sem a necessidade de as empresas interessadas recorrerem ao mercado financeiro tradicional, mas tão simplesmente utilizando-se dos recursos drenados da ciranda financeira para o fomento à produção, com o aproveitamento das estruturas já existentes dos bancos estaduais e regionais de desenvolvimento.

O País joga tudo no combate à inflação, mas não pode cair na paralisia total, cujos efeitos são igualmente danosos para toda a sociedade.

* Técnico em desenvolvimento do BRDE.